

O Ambicioso Coronel? Construções discursivas dos intelectuais brasileiros sobre o papel do Egito de Nasser no continente africano (1956-1962)



Mateus José Da Silva Santos

Universidade Federal da Bahia, Brasil

mateus_santos29@hotmail.com

Resumen

Este artículo analiza las diferentes construcciones discursivas que constituyeron el multifacético debate intelectual sobre política internacional y política exterior en los últimos años de la experiencia democrática brasileña. En medio de una generación de intelectuales y actores institucionales enfocados en el desafío de analizar y formular los significados más generales de una nación en proceso de modernización y desarrollo, sujetos como Adolfo Justo Bezerra de Menezes, Eduardo Portella y José Honório Rodrigues establecieron significados sobre diferentes fenómenos de la política internacional, evaluando las posibilidades de materializar el liderazgo brasileño a partir de su acercamiento al Tercer Mundo. Al diagnosticar un relativo protagonismo egipcio en el continente africano, diferentes perspectivas sobre el papel del país de Nasser en medio del avance de la descolonización y la formación de un sistema de estados independientes intrigaron a estos actores, en un proceso, aunque complejo, de formación de un Contribución internacional de identidad al proyecto brasileño. A partir de los aportes de Patrick Charaudeau al discurso político, se analizan los aportes de los intelectuales en cuestión, considerándolos como parte de un movimiento de reconocimiento de la posición relativa de Brasil en la arquitectura política global y otras piezas capaces de alterar la correlación de fuerzas dentro y fuera del Continente africano.

Palabras Clave:

Política exterior
brasileña; Gamal
Abdel Nasser; Egipcio.

Resumo

Esse artigo analisa as diferentes construções discursivas que constituíram o multifacetado debate intelectual sobre a política internacional e a política externa nos últimos anos da experiência democrática brasileira. Em meio a uma geração de intelectuais e atores institucionais voltada ao desafio de análise e formulação sobre os sentidos mais gerais de uma nação em processo de modernização e desenvolvimento, sujeitos como Adolfo Justo Bezerra de Menezes, Eduardo Portella e José Honório Rodrigues estabeleceram sentidos acerca de diferentes fenômenos da política internacional, avaliando as possibilidades de materialização de uma liderança brasileira a partir de sua aproximação com o Terceiro Mundo. No diagnóstico de um relativo protagonismo egípcio no continente africano, diferentes olhares acerca do papel do país de Nasser em meio ao avanço da descolonização e formação de um sistema de Estados independentes intrigaram tais atores, num processo, ainda que complexo, de formação de uma identidade internacional ao projeto brasileiro. A partir das contribuições de Patrick Charaudeau sobre o discurso político, analisam-se as contribuições dos intelectuais em questão, considerando-as enquanto parte de um movimento de reconhecimento da posição relativa do Brasil na arquitetura política global e de outras peças capazes de alterar a correlação de forças dentro e fora do continente africano.

Palavras-chave:

Política Externa
Brasileira; Gamal
Abdel Nasser; Egito

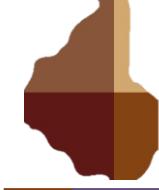
1. Introdução

Publicado em 1961, *Africa: Colonos e Cúmplices* representava uma espécie de manifesto em favor de uma posição mais assertiva da diplomacia brasileira em relação aos avanços da luta anticolonial no continente africano, além da luta por autonomia e desenvolvimento dos atores que emergiam de tal processo na cena internacional. Seu autor, o intelectual Eduardo Portella, demonstrava certo otimismo quanto ao potencial brasileiro em construir uma “colaboração sincera, eficaz, verdadeira” com os novos Estados (Portella, 1961, p.87), na valorização de uma posição internacional relativamente excepcional, fundamentada, dentre outras coisas, pela sua condição enquanto “a mais verdadeira democracia étnica do Ocidente” (Portella, 1961, p. 142).

Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), Portella ganhou alguma notoriedade no debate sobre as relações exteriores do país ao fazer parte do círculo intelectual que, além de apoiar a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros, exercia certa influência em seus rumos a partir da conexão estabelecida com o então Presidente da República (Dávila, 2011). Coexistindo ao exercício de reflexão acerca do lugar a ser ocupado pelo Brasil na arquitetura política internacional, um movimento de [re]descoberta do chamado Terceiro Mundo influenciou o desenvolvimento de diferentes contribuições não necessariamente acadêmicas acerca de diferentes agendas da política internacional (F., 2011), no duplo objetivo de superação de um espaço geopolítico e geoconômico ainda relativamente desconhecido por parte de diferentes setores da sociedade brasileira, além de pouco explorado a partir da atuação do Itamaraty.

Como parte integrante do cenário de incertezas que permeava a construção de uma África independente, Portella chamava atenção para o papel exercido por atores como o Egito de Nasser. Na tensão entre um vetor histórico de rechaço ao discurso da inferioridade africana e a reivindicação de uma posição de liderança no continente, a antiga dádiva do Nilo se tornava objeto de inquietação no seio de suas reflexões. Num processo de articulação discursiva entre as diferentes identidades egípcias, a mobilização de sua tripla condição enquanto árabe, muçulmano e africano se transformaria em matéria-prima para o desenvolvimento de uma política classificada como expansionista na direção dos Estados ao Sul do Saara.

Na sugestão de uma relativa disputa de posição entre egípcios e brasileiros acerca da construção de uma liderança internacional a partir do desenvolvimento de políticas de aproximação junto aos novos atores independentes ou em vias de libertação, Eduardo Portella se juntava a outros intelectuais e diplomatas que, no exercício de interpretação da política



internacional, construíam sentidos sobre as características da atuação político-diplomática do Egito em diferentes arenas internacionais, incluindo o continente africano. Nomes como Adolpho Justo Bezerra de Menezes e José Honório Rodrigues construíam parte de uma cena intelectual multifacetada, envolvida direta ou indiretamente na produção de um saber capaz de influenciar na condução das políticas públicas a partir do Estado e colaborar na construção de consenso social em torno de um projeto de transformação nacional que envolvia (Pécault, 1990; Abreu, 2005), dentre outras coisas, a produção de novas diretrizes de ação externa.

Nesse sentido, esse artigo analisa as mais diferentes construções discursivas sobre o Egito ao longo dos últimos anos da experiência democrática brasileira (1945-1964), com ênfase para as percepções acerca do lugar ocupado pelo país de Nasser no processo de transformação do continente africano a partir do avanço das lutas anticoloniais. Na tensão entre a esperança na materialização de uma liderança internacional do Brasil e a realização de diagnósticos acerca das principais dinâmicas envolvendo o desenvolvimento do sistema mundial, o traçado de uma concorrência egípcia na disputa por influência na África Negra pavimentou olhares inquietos acerca de uma posição de relativo destaque deste país em meio ao espólio geopolítico representado pelo colonialismo. Considerando o discurso político como uma “forma de organização da linguagem” (Charaudeau, 2011, p. 32), busca-se reconhecer as mais diferentes formas de construção, circulação e apropriação de perspectivas sobre o Egito de Nasser à luz dos desafios de compreensão das múltiplas transformações vivenciadas pela política internacional, política doméstica e política externa. Para tal, exploram-se as contribuições dos intelectuais destacados a partir de diferentes suportes como obras contemporâneas, artigos publicados na *Revista Brasileira de Política Internacional* e em outros veículos representantes da chamada Imprensa em Transição.

Esse texto é dividido em quatro partes. Num primeiro instante, apontam-se as principais características envolvendo a produção de um debate intelectual acerca da política internacional e da política externa nos anos 1950, considerando os desafios de uma geração de sujeitos que assumiam a condição de mediadores culturais e, ao mesmo tempo, atores engajados no movimento de transformação da própria sociedade brasileira. Em seguida, passam-se as considerações acerca do desenvolvimento das relações egípcio-africanas após a derrubada de Farouk I, apontando as articulações entre a perspectiva de uma renovada compreensão sobre as identidades egípcias e a produção de um novo tipo de inserção internacional de viés autonomista, capaz de projetar o Cairo em diferentes arenas. Num terceiro instante, debatem-se as principais estratégias discursivas envolvendo a emergência de uma utopia da liderança



internacional do Brasil, apresentada enquanto uma espécie de vetor de mobilização sociocultural em favor de uma elevação da posição do Brasil no sistema mundial. Por fim, analisam-se os processos de produção de sentidos acerca da atuação do Egito e de Nasser no continente africano a partir dos intelectuais destacados, com ênfase para os contrapontos estabelecidos entre o potencial brasileiro em exercer um papel singular e o diagnóstico acerca de um expansionismo do país do Nilo.

2. Intelectuais brasileiros e o desafio de análise da política internacional

Em *Brasil e África: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana)*, José Honório Rodrigues chamava atenção para a existência de um complexo quadro envolvendo a elevação do interesse popular pela política externa e a existência de um relativo desconhecimento de boa parte da sociedade em relação aos temas internacionais. Em prol de uma política externa classificada como independente, realista e voltada à defesa dos interesses nacionais, um novo lugar para o Brasil na arquitetura política global perpassava também por um processo de [re]conhecimento acerca dos mais diferentes processos que impulsionavam um ambiente de transformação ao longo da década de 1950:

Creio que ainda hoje, se fizermos um inquérito sobre o que os brasileiros, não só os comuns, mas os de nível superior, sabem da África, nossa ignorância não nos deverá surpreender. As elites cultivaram a Europa, não toda, porque, da Oriental balcânica, e mesmo escandinava pouco cuidaram. Interessaram-se pela ibérica, porque delas descendemos, mas o nosso espelho foi especialmente a França, e quando muito a Inglaterra ou a Alemanha. Recentemente, com grande repugnância das elites afrancesadas, os Estados Unidos passaram a ser mais conhecidos (Rodrigues, 1961, p. 06).

Na sugestão de um relativo desconhecimento acerca da política internacional e de atores situados fora do chamado Mundo Ocidental-Hemisférico, o intelectual em questão apontava para a existência de um distanciamento simbólico que, mobilizado por um afastamento histórico impulsionado pelo fim do tráfico de escravos e o início do colonialismo contemporâneo no século XIX, afetava diretamente o interesse e as percepções de diferentes segmentos da sociedade sobre o continente africano, assim como outras partes do antigo mundo colonial. Apesar de não ter “exercido atividades diplomáticas ou ocupado cargos políticos” (Vizentini,

2013, p. 905),¹ Honório Rodrigues se tornava agente e, ao mesmo tempo, objeto de um duplo processo envolvendo o desafio de interpretação dos fenômenos globais e regionais, além das transformações ocorridas na política externa a partir dos novos impulsos oferecidos pelas mudanças no plano doméstico e no plano sistêmico.

Conforme Germán Albuquerque F., um campo intelectual classificado como “dinâmico” floresceu a partir dos anos 1950 e 1960 (2011, p.180), assumindo um triplo desafio envolvendo o estudo da nação, a constituição de uma estratégia de desenvolvimento e a produção de horizontes possíveis acerca da projeção externa do país. Ao se colocarem enquanto ideólogos (Pécault, 1990), sujeitos como José Honório Rodrigues, Eduardo Portella, e Adolpho Justo Bezerra de Menezes constituíram parte de um ambiente de formulação e debate sobre temas relacionados à política internacional e a Política Externa Brasileira (PEB), num movimento que convergia à interpretação acerca de fenômenos em escala local, nacional, regional e global, além da proposição de possíveis agendas capazes de redimensionar a atuação do país diante das transformações ocorridas no sistema mundial.

Na compreensão do saber como um recurso político (Abreu, 2005), a geração de intelectuais que se consolidou ao longo da experiência democrática brasileira buscou, a partir de diferentes posições ocupadas no seio de uma sociedade em transformação, incidir direta ou indiretamente na formulação das políticas públicas e na construção de sentidos acerca das mais diferentes movimentações do próprio Estado. Nesse sentido, na coexistência entre a mediação cultural e a agência política (Rémond, 2003), tais atores transitaram entre a afirmação de uma relativa autonomia diante dos conflitos sociais e políticos que se acentuavam diante das contradições relativas às características básicas do processo de desenvolvimento capitalista no país, além da apropriação e formulação de ideias capazes de sustentar determinados projetos de modernização e reforma social.

Nesse processo, um movimento de produção, circulação e difusão de ideias ocorria a partir da mobilização de diferentes suportes. Entre obras de autoria individual, artigos publicados em periódicos especializados como a *Revista Brasileira de Política Internacional*, contribuições à imprensa e outras intervenções na esfera pública, os intelectuais interessados pelos rumos da política externa e de um sistema mundial impulsionado por fenômenos como a Guerra Fria, a

¹ Conforme Paulo Fagundes Vizentini (2013), José Honório Rodrigues foi bacharel em Direito pela Universidade do Brasil, tendo exercido diferentes funções ao longo de sua vida. Além de professor e palestrante em diferentes instituições na então capital federal, esse intelectual também ocuparia outras posições como editor da *Revista Brasileira de Política Internacional*, colaborador e diretor da seção de pesquisas no Instituto Rio Branco, além de diretor na Biblioteca Nacional.



descolonização e o surgimento do Terceiro Mundo se notabilizaram pela discussão e atribuição de sentidos acerca de diferentes experiências sociohistóricas e políticas ao redor do globo, num movimento de [re]montagem do quebra-cabeças da arquitetura global.

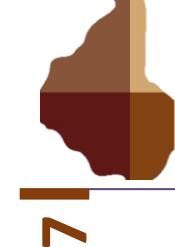
Na articulação entre linguagem e ação política (Charaudeau, 2011), tal processo se desenvolveu em meio às transformações ocorridas na PEB a partir dos anos 1950. Conforme Luis Fernando Ligièro (2011), parcela significativa da historiografia especializada no tema identifica um quadro de relativa e gradativa mudança na inserção internacional a partir do Pós-Guerra. Após o fracasso na manutenção na estratégia de alinhamento junto aos EUA e as demais potências Ocidentais durante o governo Dutra, um processo de redefinição complexa da política externa ganhou força ao longo da década de 1950.

Mobilizado pela emergência de um quadro de transformação doméstica impulsionado pelo crescimento demográfico, avanço da industrialização, êxodo rural, além da constituição de novos atores políticos como os setores médios e o operariado (Vizentini, 2004a), diferentes esforços de mundialização e multilateralização e mundialização da PEB assumiram um caráter não-linear entre os governos Vargas,² Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Na simbiose entre a revitalização da chamada estratégia de barganha e a afirmação de novos horizontes de atuação externa a partir de um princípio autonomista,³ aspectos como a busca por novos mercados, a defesa de melhores condições para a cooperação internacional e o desenvolvimento, o fortalecimento de iniciativas internacionais em favor da paz e da estabilidade do sistema global, além da busca por maior participação da diplomacia brasileira em processos de tomada de decisão em diferentes dimensões influenciou na elevação de interesse por zonas até então pouco exploradas por parte da diplomacia brasileira, tais como os continentes africano e asiático.

Nesse processo, atores como intelectuais e diplomatas constituíram importantes vozes em defesa da consolidação da ampliação da atuação externa do país. Apesar de não constituírem um bloco efetivamente coeso na pressão por mudanças na inserção internacional (Saraiva, 1996), tais sujeitos contribuíram no processo de constituição de um debate multifacetado sobre

² Como produtos das transformações ocorridas no sistema internacional a partir da década de 1950 e da emergência de novas demandas à política exterior a partir do avanço na estratégia de desenvolvimento, a mundialização e multilateralização se constituíram em dois vetores estruturais e estruturantes de transformação na inserção internacional do país. Considerando tais elementos como formas de contornar certa dependência em relação aos EUA, Paulo Fagundes Vizentini os define como “busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira” (2004b, p. 10).

³ Compreende-se como barganha o “apoio brasileiro aos Estados Unidos no plano estratégico, buscando em contrapartida o auxílio econômico norte-americano” (Vizentini, 2004a, p. 12).



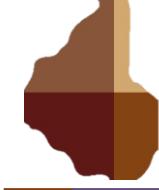
a política externa e a política internacional, a partir da afirmação de diferentes construções discursivas que reuniam desde considerações acerca da natureza, alcance e possibilidades de formação de uma liderança brasileira no plano externo até a identificação das principais movimentações que constituíam o cenário global e influenciavam, de forma direta ou indireta, na materialização de tal projeto.

Como mediação entre o sujeito e sua realidade social (Orlandi, 2012), o discurso político se correlaciona com os processos de organização da vida sociopolítica das coletividades. Definidas a partir das situações de comunicação (Charaudeau, 2011), tais construções se tornam a base para o desafio de interpretação dos fenômenos sociais e políticos, num processo simbólico de reconstituição de uma determinada noção de realidade. Nesse sentido, considerando as diferentes estratégias de elaboração discursiva, comprehende-se que os intelectuais a serem trabalhados ao longo desse estudo exerceram uma complexa função de enunciadores de um processo de transformação doméstica e internacional marcado, dentre outras coisas, pela reorganização do sistema mundial a partir do avanço da descolonização e pela emergência de um novo sentido para a inserção internacional do Brasil a partir de premissas universalistas e autonomistas. Diante do papel da palavra na intervenção em espaços de ação, discussão e persuasão (Charaudeau, 2011), busca-se analisar, a partir da identificação de diferentes estratégias discursivas, o processo de formação de um debate de ideias sobre o Egito de Nasser e seu papel nas relações interafricanas a partir do duplo desafio envolvendo a constituição de uma legitimidade de um projeto de liderança internacional do Brasil e o reconhecimento de experiências sociohistóricas e políticas até então pouco exploradas por parte da diplomacia e da intelectualidade nacional. Antes disso, segue-se uma retrospectiva acerca das relações entre o Egito e o restante do continente africano.

3. O Egito de Nasser e suas relações com o continente africano

Observada como uma espécie de entidade relativamente separada ao longo de mais de um milênio (Hinnebusch; Shama, 2014), duas condicionantes históricas marcaram o desenvolvimento das relações entre o Egito e seu entorno imediato. Em primeiro lugar, sua condição enquanto zona estratégica entre três continentes (Europa, África e Ásia) o transformou em peça essencial nos processos de interlocução entre diferentes sociais, elevando sua posição no quadro das disputas geopolíticas e geoeconômicas entre diferentes atores endógenos e





exógenos. Em segundo lugar, o advento de sucessivos processos de dominação política ao longo de séculos, coexistindo com movimentos migratórios e difusão de diferentes sistemas socioculturais, culminaram com a produção de uma ou múltiplas identidades. O reconhecimento das especificidades geográficas e históricas, que afirmavam o Egito enquanto uma entidade particular, ao mesmo tempo em que se constituíra numa importante ponte entre diferentes culturas e civilizações, oportunizou a produção de um pensamento multifacetado, cuja principal base recaía sobre o caráter complexo da identidade egípcia, fundamentada em um processo de negociação e mobilização de diferentes experiências e características.

Em meio ao processo de consolidação dos militares no poder que novas perspectivas sobre as relações egípcio-africanas foram lançadas. Em primeiro lugar, tal questão se transformou em parte de um movimento de redimensionamento da[s] própria[s] identidade[s] egípcia[s]. Conforme Albert Hourani (2005), entre as mais diferentes gerações que estruturaram o pensamento árabe na chamada era liberal desde o século XIX, diversas perspectivas sobre o lugar ocupado pelo Egito a partir do traçado de comunidades imaginadas nacionais ou transnacionais estimularam um debate acerca das suas próprias formas de reconhecimento, passando por uma lógica marcada por aproximações e distanciamentos socioculturais e históricos. Para Felipe Paiva Soares, diversos intelectuais egípcios, cada um a seu modo, pensaram “sua nacionalidade como a soma contraditória e/ou complementar de diferentes caracteres” (2019, p. 56).

Como processo e relação (Jenkins, 2004), o desafio de definição de uma identidade egípcia multidimensional adquiriu outro patamar com as formulações de Gamal Abdel Nasser na *Filosofia da Revolução*. Sem necessariamente promover uma radical ruptura com a tradição intelectual que reivindicava diferentes formas de pertencimento do país frente às coletividades que sociohistóricamente o constituíram (Soares, 2019), o coronel egípcio propõe uma espécie de renegociação dos principais vetores formadores da construção identitária. Nasser propôs uma narrativa de [re]construção do ser egípcio a partir da redefinição de sua posição após a Revolução de 1952. Dentre as principais características de um movimento que pretendia inaugurar uma nova fase na história da nação, o [re]conhecimento do espaço a partir de uma lógica relacional se tornava vital enquanto ponto de intersecção entre uma forma de compreensão do passado:

O período de isolamento acabou. Acabou também o tempo em que cercas de arame farpado delimitavam as fronteiras dos países, e separavam um estado dos outros. Hoje, cada nação deve olhar para além de suas fronteiras, a fim de descortinar as diversas





correntes, e ver as fontes que as influenciaram, a fim de saber organizar sua vida ao lado de outros países (Nasser, 1963, p. 100).

Estabelecendo discursivamente com o conceito de fronteira tanto o sentido de limite quanto um marcador acerca das possibilidades de diálogo entre o Egito e os demais povos no seu exercício de redescoberta sociohistórica e cultural, o domínio do espaço contribuiria com uma nova perspectiva de classificação do mundo e compreensão das suas relações internas. Nesse exercício, os chamados três círculos se tornariam uma espécie de sistema simbólico de representação de uma proposta de identidade egípcia e (Woodward, 2014), ao mesmo tempo, vetores constituintes de sua inserção internacional, numa formulação intelectual que reinseria o país africano nas dinâmicas de transformação do sistema mundial.

Considerando o Egito como o ponto central dessa arquitetura particular, Nasser reivindicou um múltiplo pertencimento a três zonas: a árabe, a islâmica e a africana. Visto como uma zona prioritária de atuação do país, o sentido de pertencimento em relação ao mundo árabe convive com uma dupla tensão envolvendo a afirmação de uma personalidade egípcia em meio à constituição simbólica de uma unidade, além de um processo envolvendo a naturalização histórica de tais relações e a produção de pistas acerca de seu caráter recente entre o *rais* e sua própria sociedade.

Outro círculo proposto por Nasser foi o islâmico. Reivindicando um sentido de irmandade transcontinental, o dirigente egípcio estabeleceu uma analogia entre o *hajj* e a capacidade de mobilização política proporcionada pelo Islã. Fazendo menção à sua experiência pessoal na peregrinação realizada em 1953, o coronel chamava atenção para a capilaridade do mundo islâmico e seu potencial de produção de uma determinada comunidade de interesses. Estabelecendo um princípio de complementaridade entre a *umma* e o *watan*, Gamal Abdel Nasser propõe uma alternativa de superação das tensões entre a fidelidade à nação e a fidelidade religiosa, avançando na reivindicação de uma zona privilegiada de projeção do Egito.

Numa condição intermediária entre os dois círculos apresentados, uma terceira configuração proposta pelo líder egípcio foi à africana. Residindo no que Felipe Paiva Soares (2019) considerou como uma espécie de excepcionalidade na compreensão acerca dos múltiplos pertencimentos do Egito, a reivindicação de uma africanidade como dimensão formadora das identidades egípcias e, ao mesmo tempo, vetor natural de projeção do país superou os olhares que se limitavam à defesa da unidade do Vale do Nilo. Mencionando o avanço dos processos de descolonização como um atrativo em relação ao interesse egípcio pelo continente africano,

Nasser mobilizou aspectos geográficos e históricos como fator constituinte de um horizonte de primazia de seu país nessa arena:

A razão principal é que nós próprios nos encontramos na África, e que os povos da África, continuarão a depender de nós, porque guardamos a porta setentrional do continente e lhes servimos de ligação com o mundo exterior. Em nenhuma circunstância podemos deixar de lado o compromisso formal que assumimos, de ajudá-los a todos na medida do possível, mesmo aquêles que habitam os lugares remotos das Selvas (Nasser, 1963, p. 116).

Na exploração das características geopolíticas do Egito e em seu suposto papel histórico na interlocução entre diferentes sociedades dentro e fora do continente, o predomínio de uma perspectiva paternalista orientou a produção de certo otimismo sobre o papel do Cairo na transição vivenciada pelos territórios em vias de libertação (Nwaezeigwe, 2021). Constituindo uma estratégia identitária a partir do discurso Estatal (Cuche, 2002), a vinculação entre o Egito e a África contemporânea assumia um caráter relativamente vertical, sugerindo diferentes estágios de desenvolvimento entre as partes. Nessa perspectiva, estaria o Cairo se colocando na vanguarda dos desafios de construção dos Estados e das nações diante das transformações ocorridas a partir do Pós-Guerra, apontando para um horizonte de defesa da unidade africana e da produção de recursos capazes de influenciar no futuro das novas organizações políticas.

Frente às expectativas de ampliação da presença egípcia na África, uma série de diretrizes e ações norteariam os contatos com Estados, partidos e movimentos de libertação. Do ponto de vista simbólico, a derrubada do Rei Farouk I constituiu um marco na inauguração de uma era de golpes e revoluções lideradas pelos militares em todo o continente (Elaigwu; Mazrui, 2010), apontando, em certa medida, para o seu caráter enquanto uma das forças mais ativas na política doméstica dos Estados do Terceiro Mundo (Hobsbawm, 2017). Para Mohamed Fayek (2012), o triunfo dos militares egípcios representava a materialização de uma alternativa de resistência organizada que, ancorada nos anseios populares, representou uma nova configuração no quadro das lutas políticas e sociais para os atores envolvidos no desafio anticolonial.

Além dos marcadores simbólicos, a correlação entre o Egito e a África a partir da luta contra a dominação estrangeira assumiria outro patamar com a produção de diferentes iniciativas de apoio aos movimentos de libertação. Somada a sua atuação em organismos multilaterais, a constituição de escritórios de representação das organizações políticas no Cairo foi acompanhada também do desenvolvimento de mecanismos de estímulo à propaganda pública ao Sul do Saara e no Maghreb.

Do ponto de vista da cooperação, a atuação egípcia também se estenderia ao enfrentamento de outros desafios dos Estados independentes. Como um dos objetivos centrais de sua interação com o continente (Fayek, 2012), a produção de pontes a partir do Cairo também abarcou a oferta de bolsas de estudo, a exportação de professores, além da organização de Conferências que afirmavam o compromisso com a descolonização e a produção de um sistema interafricano (Mansfield, 1967; Nwaezeigwe, 2021).

Entre o realismo no diagnóstico acerca da aceleração do processo de descolonização e a utopia de um processo de reinvenção que, dentre outras coisas, promovia uma interação com “sua africanidade” (Barbosa, 2020, p. 76), o Egito despontava como um, entre múltiplos atores emergentes que, de dentro ou de fora do continente almejavam ampliar sua influência entre os novos países independentes ou em vias de libertação. Nessa complexa equação geopolítica, do outro lado do Atlântico, diplomatas, políticos e intelectuais promoviam uma travessia discursiva que, dentro da perspectiva de valorização de um projeto de inserção internacional autonomista, avaliavam os passos e as estratégias de materialização de um protagonismo desejável e visto como possível num sistema mundial em transição.

4. A utopia da liderança internacional do Brasil: fundamentos e perspectivas

Na primeira edição de *O Brasil e o mundo Ásio-Africano*, Adolpho Justo Bezerra de Menezes questionava os seus leitores acerca da posição a ser ocupada pelo país na arquitetura política internacional no espaço de tempo de cem anos. Dirigindo-se as elites, o diplomata mesclava certo otimismo quanto às possibilidades de concretização de um projeto de liderança internacional e a proposta de um exercício de tomada de consciência por parte das elites acerca da necessidade de construção dos caminhos para tal propósito:

‘O Brasil será dentro de um século a potência mundial ou uma das potências mundiais?’. A resposta deve ser dada com inteira isenção de ânimo, fria, logicamente, sem vagares patrioteiros. Se, como tudo aponta, em virtude de seus recursos econômicos, tamanho, solução adequada de problemas raciais e sociais a resposta fôr positiva, o Brasil deve começar imediatamente a traçar e a pôr em execução uma política internacional de escopo mundial (Menezes, 1956, p. 17).

Como parte do desafio de uma geração interessada na constituição de um sentido autônomo de modernidade (Schwarcz; Starling, 2015), o desenvolvimento de novas perspectivas acerca do lugar a ser ocupado pelo Brasil no mundo foi caracterizado pela atribuição de uma série de

elementos que constituiriam o fator de uma excepcionalidade brasileira nas relações internacionais. Conforme Miriam Limoeiro Cardoso, a compreensão de uma posição privilegiada diante da formação de uma aliança entre Estados da mesma estatura no quadro do desenvolvimento socioeconômico envolveu a valorização da “grandeza física, pela extensão do seu território e pelas riquezas que ele contém; sua formação histórica, que lhe permitiu manter, apesar de todas as diversidades, o mínimo de unidade para que se desenvolvesse como nação” (1977, p. 238).

A partir de tais particularidades, distintos intelectuais formularam olhares positivados quanto à afirmação de um tipo de inserção externa assertivo por parte do Brasil e a construção de uma zona de influência no Terceiro Mundo, com ênfase para o continente africano. Para o diplomata Bezerra de Menezes, a construção de uma liderança brasileira em nível internacional perpassava um conjunto de mudanças envolvendo as principais diretrizes de sua inserção no sistema global, a ampliação dos investimentos estatais no Itamaraty, reforçando sua importância na ampliação da atuação externa do país, além do envolvimento de diferentes setores da sociedade no processo de transformação da política externa.

No primeiro caso, a defesa das transformações nas relações exteriores transitou entre adoção de uma linha considerada cautelosa e a constituição de uma política mais autonomista. Diante do que considerava como uma exitosa experiência de promoção da igualdade racial, Bezerra de Menezes atribuía ao Brasil o potencial em servir de modelo aos novos Estados africanos em seus respectivos desafios de construção das nações, valorizando o que se observava como uma sociedade harmoniosa nos trópicos.

Numa espécie de encontro entre passado, presente e futuro, o entrelace entre uma identidade nacional calcada na valorização da mestiçagem e uma identidade internacional fundamentada supostamente na tolerância entre povos, nações e ideologias heterogêneas constituía o substrato sociocultural de um discurso de valorização da posição brasileira na arquitetura política global. Sob o signo do lusotropicalismo, o diplomata se apropriava das considerações de Gilberto Freyre acerca da formação sociohistórica do Brasil para reivindicar a singularidade que envolvia a formação de uma sólida sociedade ao Sul da Linha do Equador (Medeiros, 1984). Tal condição se tornava o pontapé para uma política de atração dos novos Estados independentes e dos territórios ainda na luta contra o colonialismo:

O exemplo e a prática da conduta mais christã, a nosso ver, deve ser o mostrar ao mundo não-ocidental que o Brasil é um país de mistura, que nos orgulhamos de tal e de que nosso imperativo histórico é a continuação de tal política étnico-social. Que



acreditamos sinceramente que o maior ou menor sucesso de um moderno supraestado reside precisamente num maior ou menor caldeamento de raças (Menezes, 1956, p. 320).

Em sintonia com as transformações ocorridas no mundo e na própria sociedade brasileira, o louvor ao país mestiço se torna o produto de um processo de redescoberta sobre um suposto passado de formação da nação (Woodward, 2014), pela qual, na essência de um processo exitoso de colonização a partir da harmonia entre os mais diferentes vetores étnicos e culturais, afirmava-se um “capital simbólico” entre diferentes temporalidades (Santos, 2005, p. 43), credenciando a ocupação de um lugar estratégico no apoio à luta anticolonial e no enfrentamento aos desafios de formação dos novos Estados-Nação. A leitura proposta por Bezerra de Menezes encontrava ressonância entre outros intelectuais. Para José Honório Rodrigues, o otimismo em relação à concretização do que classificou como um “destino histórico” do Brasil envolvia a afirmação de uma política considerada independente (1961, p. 346), capaz de traduzir as forças morais representadas pela miscigenação e a tolerância racial em fatores de aproximação em relação aos novos atores da política internacional.

No seio de seu projeto de construção de uma política externa autonomista, a crença na existência de uma “civilização tropical” (Rodrigues, 1961, p. 223), um estágio sociocultural superior em relação às demais experiências portuguesas ao redor do globo, exibia a ambiguidade de um discurso que conciliava o louvor à sua experiência colonial e a produção de uma ruptura em relação à posição da antiga metrópole no quadro do colonialismo contemporâneo. Compreendendo a mestiçagem como um fator de produção da harmonia e da integração entre as raças (Munanga, 2019), Honório Rodrigues explora a sua generalidade diante da elaboração de um discurso que partia de pressupostos semelhantes àqueles mobilizados por sujeitos avessos ao desenvolvimento de uma política efetiva e autônoma do Brasil em relação aos novos territórios independentes e as lutas coloniais ainda vigentes (Dávila, 2011).

Outros intérpretes da política externa e da política internacional entre os anos 1950 e 1960 também reivindicavam tal olhar sobre a identidade nacional nas expectativas acerca de uma elevação na posição externa do país. O baiano Eduardo Portella também comungava de tais posições. Em *África: Colonos e Cúmplices*, o ex-diretor do IBEAA compreendia o Brasil como “um modelo de civilização pluri-racial” (Portella, 1961, p. 117), uma autêntica experiência de integração sociocultural e étnica que credenciaria o país a exercer um papel considerado não danoso aos africanos.

Tais discursos encontravam contradições e desafios em relação ao seu próprio alcance na elaboração da política externa. Conforme Abdias do Nascimento (1980), a produção de um discurso demagógico em relação à posição do negro na sociedade brasileira a partir da revitalização da chamada ideologia do branqueamento se tornou um recurso produtor de uma visão completamente dissociada das condições materiais pelas quais se encontrava tal população. Numa espécie de marginalização da violência estrutural e estruturante das relações sociais desenvolvidas ao longo do período da colonização e na persistência de diferentes formas de exclusão social a partir de uma estratificação enraizada em símbolos, discursos e na própria práxis política, o descompasso entre discurso e prática no ambiente diplomático se tornava evidente.

Na simbiose entre Estado-Nação e Civilização (Anderson, 2020), a produção discursiva sobre os fundamentos de uma liderança internacional do Brasil se confundiam com o debate sobre a sua própria identidade e o interesse pela [re]descoberta do Terceiro Mundo. Como parte de um ambiente externo e doméstico de transformação, o otimismo acerca da elaboração de um Brasil potência encontrava no continente africano uma zona privilegiada de expansão dos interesses brasileiros e construção de um novo lugar no mundo. Contudo, numa narrativa que mesclava utopia e realismo, algumas peças do quebra-cabeça da política internacional se tornariam intrigantes aos olhos dos intelectuais e diplomatas, a exemplo do Egito de Gamal Abdel Nasser.

5. Um Egito concorrente? O traçado de uma reconfiguração geopolítica e cultural do continente negro.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o Egito de Gamal Abdel Nasser chamou atenção de diferentes atores institucionais e sociais na América Latina. Conforme Federico Vélez (2016), o país afro-árabe intrigava diferentes intérpretes da política internacional ao representar uma espécie de experiência, até então, destacada no combate ao subdesenvolvimento e luta pela sua própria soberania. Aspectos como o processo de reinvenção do Estado a partir do fim da monarquia, o relativo protagonismo ocupado no âmbito das articulações no seio do Terceiro Mundo e a reivindicação de um nacionalismo classificado como assertivo se tornariam elementos atraentes em meio ao desafio de compreensão do papel exercido por tal país diante de uma arquitetura política global em transformação.



Em meio às heterogêneas construções sobre a política externa e a política internacional entre os últimos anos da experiência democrática brasileira, um tema em especial atravessou a maioria dos olhares dos intelectuais destacados nesse estudo. Frente ao otimismo acerca da afirmação de um protagonismo brasileiro nas relações internacionais, sentidos de uma relativa concorrência egípcia no cenário africano eram afirmados a partir dos movimentos de compreensão do papel do Cairo diante de um continente em ebulação. Num processo de elaboração de uma identidade internacional à utopia de um Brasil potência, o Egito se tornava peça simbólica de um exercício que reunia a dupla construção entre uma imagem de si e do outro a partir da contraposição entre interesses, estratégias e características de ação externa.

Nesse empreendimento, duas supostas características intrigavam os intelectuais destacados nesse estudo. Em primeiro lugar, a crença numa suposta ambição expansionista egípcia no continente africano, motivada pelo interesse pessoal de Nasser e pela dinâmica do próprio islã contemporâneo. Noutro plano, a atribuição de certo protagonismo do país afro-árabe na organização e defesa da luta anticolonial, mobilizando diferentes ações em prol dos movimentos e Estados recém-independentes. Acompanhado a isso, a partir de um processo de apropriação direta ou indireta do discurso nasserista sobre a interlocução exercida pelo Egito entre a África e outros atores de fora de continente, perspectivas acerca do papel exercido pelo país no quadro da Guerra Fria chamavam atenção para a dimensão geopolítica que inscrevia o projeto brasileiro.

O diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes teceu algumas características acerca do papel do islã na construção das relações entre o Egito e a África. Se, do ponto de vista doméstico, a política egípcia em relação ao islã seria elogiada, a mobilização da religião como vetor de inserção externa se tornava objeto de preocupação. No que classificava como consequência dos erros do Ocidente ao promover uma política discriminatória no processo de dominação colonial, o diplomata enxergava no Egito um dos atores que potencialmente ganhavam terreno diante desse contexto. De forma semelhante aos soviéticos, estaria o Cairo a oferecer um tipo de relação distinto, tornando-se peça atraente para os novos atores independentes e aqueles em via de libertação:

O outro setor não racista (e esse é inegavelmente), é o muçulmano. Essa virtude que já ajudou a expandir-se descomunal e repentinamente, há treze séculos, empresta-lhe grande importância política na formação da África moderna e na ressurreição da Ásia. Em vista das práticas perigosamente ilógicas da União Sul-Africana e de outros setores coloniais onde se admira a política aparteísta, não deverá constituir surpresa se em cinquenta anos toda a África negra estiver independente debaixo, por exemplo, da

liderança egípcia e, não só independente, mas tôda ela maometana, odiando sem quartel o mundo branco e cristão (Menezes, 1956, p.28)

Frente ao vazio estratégico representado pelo fim do colonialismo e a expectativa de deterioração das relações entre os países africanos e as antigas metrópoles, especialmente a Grã-Bretanha, o diplomata apontava para uma tendência de avanço do Egito no continente. Em nome do islã, uma liderança a partir do Cairo se afirmaria, numa conjunção desfavorável aos interesses ocidentais. Além de descartar o peso dos mais diferentes processos de avanço da descolonização, incluindo as movimentações pactuadas entre movimentos de libertação e as metrópoles, a sugestão de um protagonismo egípcio na África a partir de pressupostos socioculturais reforçava, ainda que indiretamente, a importância de uma posição mais assertiva do Brasil. Se as construções discursivas acerca de uma liderança internacional reuniam horizontes de singularização e essencialização (Charaudeau, 2011), exploradas tanto no plano doméstico quanto em nível externo (Saraiva, 1993), outro esforço de construção de legitimidade da posição brasileira se dava também pelo contraponto estabelecido em relação aos seus potenciais adversários. Nesse sentido, numa espécie de “cruzada dos emergentes” (Santos, 2022, p. 176), brasileiros e egípcios se tornavam agentes e, ao mesmo tempo, objetos de um suposto processo de redefinição sociocultural dos novos atores independentes, processo esse que adquiria uma feição muito mais ampla do que supostamente um interesse nacional.

A percepção de uma atuação egípcia a partir da mobilização do islã ganhou novos contornos ao longo da própria trajetória intelectual de Bezerra de Menezes. Em artigo publicado na segunda edição da *Revista Brasileira de Política Internacional*, o diplomata estabelecia um conjunto atualizado de considerações sobre a correlação de forças no âmbito das relações interafricanas e suas articulações com outros atores. Para o diplomata, o Egito de Nasser era um dos principais representantes do chamado “afro-islamismo”, um movimento político que, a partir de um diferencial étnico-religioso e linguístico em relação à África Negra, reproduzia históricas relações de exploração e instrumentalização política, na perspectiva de construção de prestígio político aos Estados envolvidos.

Relativizando a posição geográfica do Egito e do Magreb em relação às demais partes do continente, a bifurcação político-cultural da África a partir do discurso de Bezerra de Menezes acompanhava um processo de homogeneização dos territórios que desenraizariam historicamente o Norte do Saara em relação ao Sul. Na instável condição entre um território geograficamente situado no continente africano e uma entidade sociohistórica desenraizada de sua africanidade, os olhares do diplomata sobre o Egito de Nasser sugerem a existência de uma

práxis que, apesar de ser considerada como atraente aos africanos na oposição ao racismo e ao colonialismo, mostrava-se como adversária da consolidação de uma política autônoma e autoral por parte dos Estados africanos. Nesse sentido, como uma espécie de fator de coerência entre o desafio de interpretação dos fenômenos internacionais e a defesa de uma política mais assertiva por parte do Brasil, a produção de um conflito de imagens envolvendo os dois países perpassava também a mobilização de um procedimento de desqualificação do adversário, situado como uma peça exógena às supostas raízes sociohistóricas de parte do continente e articulado simbolicamente com um passado marcado pela “rapinagem” e a “caça ao negro” (Menezes, 1960, p. 37).

Outro intelectual a estabelecer semelhante relação entre a expansão do islã e o papel do Egito no continente africano foi Eduardo Portella. De forma mais enxuta, as perspectivas expostas em *África: Colonos e Cúmplices* apontavam para um complexo quadro de disputa por influência entre os novos atores independentes e os movimentos de libertação que ultrapassava a ação dos blocos de poder que conformavam o conflito Leste-Oeste. Num processo de articulação discursiva entre o nacionalismo árabe e os sentidos mais gerais de uma solidariedade islâmica, o intelectual baiano chama atenção para o papel de tais movimentações na busca por uma coesão continental.

No diagnóstico acerca de um processo de avanço do islã pela África Ocidental, Eduardo Portella (1961) compreendia o Egito na simbiose entre diferentes formas de identificação coletiva, tais como o pan-arabismo e o pan-africanismo, sintonizadas a partir de um ideal de difusão religiosa. Em meio às supostas ambições pessoais de Nasser, os três círculos apontados por esse líder se tornam uma base, mesmo que indireta, de compreensão do papel exercido pelo país a partir das considerações apresentadas acima. Sem transpor completamente um corte entre a chamada África Negra e o restante do continente, o Cairo é visto como um centro de irradiação de um complexo expansionista que articulava a prioridade estabelecida a partir da política pan-arabista e o islã como um vetor de tal movimentação.

A importância do islã na produção de iniciativas egípcias em seu processo de aproximação com o continente africano foi atestada pela historiografia. Segundo Thishiku Tshibangu, J. F. Ade Ajayi e Lemim Sanneh (2010), o Cairo contribuiu com a redução das desconfianças de lideranças muçulmanas e árabes em relação aos rumos da luta anticolonial, estimulando processos de simbiose entre as mais diferentes formas de compreensão sociocultural que envolvia as coletividades em luta. Além disso, o papel de Nasser também se estendeu ao chamado da mobilização política, no desenvolvimento de diferentes propagandas que ecoavam



em diversas partes do continente, transformando, tanto para os movimentos de libertação quanto para as próprias potências coloniais, a maior cidade egípcia em um dos principais referenciais na organização política das lutas em diferentes níveis. Para Tariq Y. Ismael (1968), a compreensão do islã enquanto uma força social e política transnacional se traduziram em diferentes iniciativas desde a ascensão dos Oficiais Livres, tais como a organização de uma Conferência Islâmica de Organização da Libertação (1953), a participação em outras iniciativas transnacionais fora do seu território, à exploração da posição de Al-Azhar como um centro formador e difusor do pensamento islâmico, além das tentativas de traduzir a noção de solidariedade entre os Estados e povos muçulmanos em condições efetivas para a promoção da cooperação em diferentes áreas, inclusive no desafio de enfrentamento ao subdesenvolvimento.

Contudo, se tais movimentações sugeriam certo engajamento na direção de uma política de liderança e aproximação entre Estados majoritariamente muçulmanos, tal processo encontrou dificuldades, culminando com certa marginalização. Em primeiro lugar, conforme aponta Adeed Dawisha (1976), o Egito carecia de um status islâmico. Apesar de reunir mais de 4/5 de muçulmanos em sua população, a ausência de templos considerados sagrados e mesmo a exportação de conflitos entre o islã político e o arabismo secular representavam um desafio de afirmação de certo protagonismo do país diante de uma solidariedade que, a despeito de seu papel na construção das lutas anti-imperialistas na primeira metade do século XX, não possuía contornos nítidos em relação aos projetos de Estado, sociedade e formação de um possível subsistema transcontinental de atores.

Em segundo lugar, as dificuldades de construção de uma coesão estável entre os atores estatais muçulmanos envolviam não apenas diferenças em relação aos modelos de organização sociopolítica, compreensão do papel do próprio islã em suas respectivas sociedades e da definição de formas de inserção internacional frente ao sistema em transformação, como também a produção de profundas diferenças entre potências regionais. Exemplo disso pode ser observado na própria Arábia Saudita, citada por Bezerra de Menezes. Apesar de conformar uma aliança com os egípcios desde os anos 1940 na contenção dos Hashemitas e na luta contra Israel, um processo de afastamento entre os dois países foi observado ao longo da década seguinte, envolvendo, dentre outras coisas, a busca pela tradicional contenção de hegemonias em nível regional e a própria posição relativa de Riad diante do Ocidente (Gause III, 2014), criando desconfianças acerca do Não-Alinhamento apregoado pelos egípcios. Nesse sentido, a identidade islâmica seria mobilizada também pelos detratores de Gamal Abdel Nasser como

uma alternativa diante dos projetos de elevação da influência do Egito, tanto no mundo árabe quanto em outras zonas, como no continente africano.

Outra dimensão que envolvia a elaboração de olhares sobre o papel do Egito Nasserista no continente africano dizia respeito ao seu compromisso com os movimentos anticoloniais e o nível de diálogo estabelecido com os novos Estados independentes. Em 1960, o lançamento da segunda edição de *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* e a publicação de um novo artigo de Bezerra de Menezes sobre o continente africano na RBPI lançariam luz sobre tais questões. No primeiro caso, em capítulo específico sobre as movimentações multilaterais envolvendo Estados e movimentos de libertação na África e na Ásia, com destaque para o comportamento de diferentes atores de dentro e fora do continente negro. No estabelecimento de uma genealogia quanto às principais Conferências afro-asiáticas e africanas entre 1957 e 1960, o diplomata brasileiro correlaciona as dinâmicas relativas ao Conflito Norte-Sul com os impasses registrados na construção da integração africana.

Frente ao papel exercido pela República Árabe Unida (RAU) nesse contexto, o antigo observador do Brasil na Conferência de Bandung chamava atenção para a existência de disputas com outros atores do continente pela primazia na construção de mecanismos de diálogo entre os atores e elaboração de uma frente de ação relativamente comum, para além de uma alternância entre complementaridade e rivalidade com os soviéticos. Ao abordar o processo de constituição da Conferência dos Países Africanos Independentes, ocorrida em 1958 em Accra, o autor sugere a existência de conflitos envolvendo Egito e Gana pela organização da iniciativa:

Quanto ao lado protocolar da Conferência chegou-se a falar na presença de Násser, mas a verdade é que a R.A.U não quis prestigiar a reunião pois tudo fizera para que ela se realizasse no Cairo. Não o conseguindo, reuniu, como paliativo, a já mencionada ‘Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos’. Além de Násser, deveriam ter comparecido o príncipe herdeiro do Marrocos e o Presidente Bourghiba da Tunísia (Menezes, 1960a, p. 269).

Diante do primeiro Estado formalmente independente na África Negra no Pós-Guerra, a reconstituição da trajetória das principais Conferências Afro-Asiáticas e Africanas entre 1957 e 1960 em *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* evidenciavam não apenas algumas das estratégias de ação da diplomacia egípcia, como também alguns de seus principais desafios. Além das disputas envolvendo a organização das Conferências, as divergências entre Cairo e Accra atingiam outros aspectos. Conforme Nwankwo T. Nwaezeigwe (2021), os temores de Nasser quanto ao protagonismo de Kwame Nkrumah nos diálogos continentais estiveram relacionados

com as aproximações entre Gana e Israel, além de sua posição relativa frente às chamadas potências ocidentais.

No mesmo ano de publicação da segunda edição de seu principal livro, o diplomata brasileiro também teria outro artigo divulgado na RBPI. Em “O Colonialismo na Conjuntura Ásio-Africana”, um novo movimento de análise sobre as transformações no Terceiro Mundo reuniria tanto a reafirmação de um conjunto relativamente consistente de ideias sobre o papel de atores regionais e continentais na geopolítica africana quanto à emergência de novas percepções que envolviam tal processo. Diante do reconhecimento do avanço do processo de descolonização política, Bezerra de Menezes desenvolveria uma importante contribuição ao debate sobre o futuro do continente no Brasil, abordando a emergência de desafios envolvendo a afirmação efetiva das soberanias. Em linhas gerais, o fim do controle direto das potências europeias não necessariamente representava a destruição das relações de subordinação existentes no sistema internacional no caso dos Estados recém-independentes.

Dentre as principais formas que ameaçariam o continente africano estava no chamado colonialismo ideológico. Sem definir precisamente o que significaria essa expressão particular das relações de dominação, Bezerra de Menezes reforçava suas desconfianças quanto à posição egípcia na África, relacionando novamente sua atuação com a constituição de uma liderança entre os novos atores independentes:

Podem ser enxergados, no mundo, atualmente três espécies de colonialismo ideológico. O primeiro, e mais forte, é representado pela ideologia comunista, e seus intérpretes são a Rússia e a China Popular, que procuram, a primeira, por todo o mundo, e a segunda, principalmente entre os países afro-asiáticos, usar essa nefanda e eficientíssima arma em seu favor. O segundo é representado pelos Estados Unidos da América, os quais procuram agrupar os países num mundo rotulado de livre, imbuí-los todos de seu americanismo, do que é conhecido por *American way of life*. É notável a soma despendida por Washington em várias agências de propaganda para espalhar mundo afora seus modos de vida a fim de melhor manter as vantagens adquiridas pelo colonialismo indireto, ou econômico. O outro representante do colonialismo ideológico é o mundo árabe, e o seu maior porta-voz é o Egito de Nasser, que tem na África Negra seu grande campo de experimentação (Menezes, 1960b, p. 48).

Como no artigo de 1958, a atuação do Cairo no continente africano foi aproximada às posturas dos blocos de poder da Guerra Fria que, em meio ao conflito entre diferentes formas de organização das relações entre Estado e sociedade, disputavam influência direta entre os atores do Terceiro Mundo. Reiterando a centralidade egípcia no conjunto árabe, a percepção de sua condição enquanto força exógena ao continente reforçava o sentido de aversão quanto às

ações mais gerais de Nasser no continente. Desse modo, na conjunção entre a atribuição de um papel central do Egito no processo de expansão do islã e a emergência de um olhar crítico quanto à natureza das relações entre o Cairo e o restante da África, inquietação, desconfiança e mesmo aversão em relação ao país de Nasser se afirmava a partir do exercício de [re]descoberta do mundo afro-asiático.

Contemporâneo ao diplomata, José Honório Rodrigues também destacava o papel exercido pelo Cairo no contexto africano. Em artigo publicado na RBPI em 1962, o intelectual em questão chamava atenção para a consolidação de um processo macrohistórico envolvendo o fim da hegemonia europeia construída ao longo de séculos. Conformando um quadro de disputa geopolítica envolvendo as antigas metrópoles e os blocos de poder da Guerra Fria, o autor classificava o Egito, juntamente com Israel, como parte dos autores que “procuram a amizade e a solidariedade africanas” (Rodrigues, 1962, p. 276). Comparando Nasser à Saladino, o reconhecimento do protagonismo egípcio coexistia com a identificação das supostas dificuldades em afirmar uma liderança sólida:

Hoje o Cairo é, talvez, a capital do mundo afro-asiático e dos povos não comprometidos e o Egito se proclama o mais antigo poder africano, com uma velha civilização, fonte de duas grandes ondas de influência cultural que se espalharam pelo continente negro no tempo faraônico e, através do Islã, na Idade Média. O Egito tem a experiência da luta anti-imperialista, defende a similaridade do nacionalismo árabe e africano, acolhe atualmente mais de 5 000 estudantes africanos, contra-ataca a influência comercial e cultural de Israel na África Ocidental, mas não consegue que seus aliados africanos sigam sua direção, nem mesmo no ataque a Israel, aprovado em resolução da Conferência de Casablanca de 1961 (Rodrigues, 1962, p. 277).

Na reivindicação de uma relativa posição de vanguarda do Egito em relação a antigos movimentos de expansão político-culturais na trajetória africana e no reconhecimento de sua condição enquanto entidade milenar, o autor explorava os diferentes atributos que conformariam ao Cairo uma condição de destaque dentro das relações interafricanas. Abrindo suas portas para a luta anticolonial e seus agentes (Prashad, 2007), o país de Nasser se tornava um importante articulador intercontinental na produção de sentidos alternativos de modernidade, desenvolvimento e busca pela soberania.

Contudo, o autor avançava no reconhecimento de limitações em relação a tal posição. Em primeiro lugar, o reconhecimento do peso relativo da política egípcia em relação a Israel e a produção de fracassos diante da tentativa de ampliar o apoio diplomático ao isolamento de Tel-Aviv repousavam na análise sobre o crescimento de influência desse Estado entre os atores

africanos. Conforme José Honório Rodrigues (1962), as tentativas de contornar as pressões decorrentes da rivalidade em relação aos Estados Árabes vizinhos contribuíram para o desenvolvimento de uma política muito mais ofensiva de Israel no continente africano, oferecendo diferentes recursos voltados à cooperação com os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, contrabalançando o peso da diplomacia árabe.

A leitura oferecida pelo intelectual encontrava diferentes fundamentos históricos e geopolíticos. Para Avi Schleim, uma das linhas mais gerais da política externa israelense após a Guerra de Suez (1956) residiu na materialização da chamada aliança da periferia, uma conjunção de diretrizes envolvendo a exploração da diplomacia formal e contatos secretos com partidos, Estados e movimentos visando “fortalecer a repressão israelense, reduzir o isolamento de Israel e aumentar a sua influência e o seu poder como ator no palco internacional” (2004, p.246). Tal movimentação era vista também como uma espécie de resposta aos níveis de atuação externa do Egito em diferentes frentes, incluindo o continente africano.

Os problemas identificados por Honório Rodrigues em relação ao Egito não se resumiam apenas à atuação de Israel. Para o autor, a singularidade da experiência de formação sociocultural e política do país de Nasser também comprometeria sua capacidade de atuação no continente negro:

Uma das razões do insucesso de Nasser está, talvez, na simplicidade e coesão do Egito, um país sem problemas de minorias, sem divisões linguísticas, sem agrupamentos tribais, o que lhe torna difícil compreender como essas coisas são importantes nos estados africanos, nascidos das divisões europeias (Rodrigues, 1962, p. 277)

Reforçando o discurso de uma relativa homogeneidade marcadora da entidade sociocultural representada pelo Egito, o intelectual atribui a tal excepcionalidade a dupla condição entre promoção de um protagonismo e as marcas de um fracasso na afirmação de uma liderança sólida. Como característica do discurso político em reunir marcadores de ausências e presenças (Charaudeau, 2008), o olhar acerca de uma estabilidade social egípcia a partir de um processo supostamente longo de cristalização de um Estado-Nação desconsidera os diferentes movimentos de reinvenção da sua própria identidade na Era Contemporânea e outras questões que diretamente impactavam o seu conjunto populacional, tais como as políticas nacionalistas e a emigração de estrangeiros ou mesmo a condição de minorias religiosas como os coptas (Hourani, 2006).

Visto a partir do conjunto das contribuições desse intelectual em relação às transformações da política externa e o exercício de análise sobre os rumos da política internacional a partir das



dinâmicas africanas, o traçado de um Egito homogêneo contrastava com a posição de um Brasil mestiço, capaz de ser interlocutor dos Estados africanos. Assim, como parte da formação de uma estratégia identitária, o jogo de imagens entre brasileiros e egípcios se transformava em recurso importante na afirmação do otimismo sobre o que se esperava em relação à posição do Brasil.

Como parte dos esforços de compreensão dos processos geopolíticos que envolviam a redefinição do sistema mundial a partir da incorporação de novos atores, a inserção do Egito Nasserista nas construções discursivas dos intelectuais e diplomatas brasileiros ao longo da segunda metade da década de 1950 e início dos anos 1960 não estiveram dissociados em relação às expectativas acerca do próprio Brasil. Entre Adolpho Justo Bezerra de Menezes, José Honório Rodrigues e Eduardo Portella, o destaque atribuído aos egípcios no plano continental e em outras esferas de ação convive com a sugestão de possíveis dilemas e barreiras de consolidação daquele Estado enquanto possível líder, num processo que contrapunha a naturalização das políticas brasileiras.

6. Considerações Finais

Em meio aos desafios de consolidação de novas diretrizes de ação externa e reconhecimento das transformações ocorridas em nível internacional, alterando a ordem constituída após a Segunda Guerra Mundial e oportunizando novos arranjos aos atores do sistema, um processo complexo de desenvolvimento de um pensamento intelectual sobre o lugar ocupado pelo Brasil na arquitetura política global mobilizou uma série de sujeitos. Como parte de uma geração de intelectuais interessada em incidir na formulação de políticas públicas consideradas estratégicas ao horizonte de modernização e desenvolvimento do Brasil, José Honório Rodrigues, Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes constituíam parte de uma complexa rede de indivíduos que, sob condições diversas, buscaram reconstituir e analisar diferentes fenômenos da política internacional, além de defender novas perspectivas sobre o presente e o futuro da PEB.

Nos sonhos de uma liderança internacional do Brasil, uma tentativa de naturalização do processo de aproximação entre as duas partes do Atlântico abarcou a produção de uma série de construções discursivas envolvendo a suposta valorização da formação sociohistórica do país. Sob o signo da chamada democracia racial, a compreensão do duplo processo de miscigenação



étnica e cultural atravessou as leituras analisadas, tornando-se a base para a sugestão de um modelo, até então, exitoso de formação de uma coletividade harmônica, capaz de influenciar os novos Estados africanos no desafio de produção das suas respectivas nações. Ao mesmo tempo, tal leitura reivindicava para a diplomacia brasileira a capacidade de incidir acerca dos rumos da ordem global, estabelecendo, em nome do Ocidente em declínio, condições de interlocução entre os novos atores da política global e o bloco capitalista.

Tais leituras contaram também com importantes intersecções em relação aos esforços de análise da política internacional. Considerado um ator relevante no processo de formação do Terceiro Mundo enquanto sujeito coletivo histórico, o Egito de Nasser atraiu a atenção de diferentes atores que, no exercício de articulação entre utopia e observação contemporânea, refletiam sobre a atuação daquele país no quadro das articulações políticas envolvendo a luta contra o colonialismo e a emergência de um sistema interafricano.

Nesse exercício, a coexistência entre o movimento de redescoberta do continente africano e a defesa da viabilidade do projeto de um Brasil protagonista nas relações internacionais teve no Cairo uma importante peça na construção de uma identidade possível. Entre uma peça de articulação de um movimento de expansão do Islã na África Contemporânea e força centrípeta no avanço das lutas anticoloniais, os diferentes esforços de inserção do Egito no quebra-cabeça da política internacional contrastavam com os olhares que privilegiavam a suposta missão civilizatória do Brasil e a existência de um suposto potencial moral na defesa dos interesses dos novos atores africanos. Assim, nos questionamentos acerca das estratégias egípcias de aproximação com o continente africano, um jogo de imagens entre o descredenciamento de sua posição relativa e o otimismo acerca das possibilidades brasileiras se transformavam em linhas mestras a partir dos olhares dos intelectuais e diplomatas destacados nesse estudo. Sem desconhecer a existência de ambiguidades e desafios existentes a própria posição do Brasil, tais intérpretes pavimentavam os caminhos em favor de uma coesão social acerca da construção de uma potência internacional, num processo que ultrapassava as fronteiras domésticas ao mobilizar diferentes experiências sociohistóricas e políticas como a egípcia.

REFERENCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A Ação Política dos Intelectuais do ISEB. In: Toledo, Caio Navarro de (Org.). Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Revan, 2005
- BARBOSA, Muryatan S. A razão africana: breve história do pensamento contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2011

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011

DAWISHA, Adeed. *Egypt in the Arab World: The Elements of Foreign Policy*. New York: John Wiley & Sons, 1976

ELAIGWU, J; MAZRUI, A. A.. Construção da Nação e evolução das estruturas políticas. In: Mazrui, Ali A.; Wondji, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

F., Germán Albuquerque. *Tercer Mundo y tercercundismo en Brasil: hacia su constitución como sensibilidad hegemónica en el campo cultural brasileño – 1958 – 1990*. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 176-195, jul./dez. 2011.

HOBSBAWM, Éric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOURANI, Albert. *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

_____. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISMAEL, Tariq Y. *Religion and U.A.R. African Policy*. *The Journal of Modern African Studies*, v.6, n.1, mai. 1968, p.49-57

LIGIÉRO, Luiz Fernando. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes e políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

MANSFIELD, Peter. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

_____. *A África na era do Petróleo*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 1958.

_____. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: GRD edições, 1960a

_____. *O colonialismo na conjuntura ásio-africana*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.8, 1960b.

NASSER, Gamal Abdel. *A Revolução no Mundo Árabe*. São Paulo: EDARLI, 1963.

NWAEZEIGWE, Nwankwo T. *Black Africa and the Nasser-Gaddafi Neo-colonial phenomenon: A Historical Analysis of the Dynamics of Black Africa-Arab Relations*. *Archives of Political Science Research*, n.1, v.2, p.1-14, 2021

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10Ed. Campinas: Pontes, 2012

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990

PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

- PRASHAD, Vijay. *Las Naciones Oscuras: uma historia del Tercer Mundo*. Barcelona: Ediciones Península, 2007
- RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- RODRIGUES, José Honório. *África e Brasil: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2005
- SANTOS, Mateus José da Silva. 'Das Potências Não-Alinhadas': o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil*. In: *Revista de informação legislativa*, Brasília, v.30, n.118, abr./jun. 1993
- _____. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- SCHLAIM, Avi. *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia ; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- SOARES, Felipe Paiva. *A Biblioteca do Selvagem: Leitura e Revolução na África Colonial: Os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019
- VÉLEZ, Federico. *Latin American revolutionaries and the Arab world: from the Suez Canal to the Arab spring*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2016
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004a.
- _____. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004b, p. 10
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014